



OS NOVOS ESTUDOS DO LETRAMENTO: UM NOVO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO DAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA

THE NEW LITERACY STUDIES: A NEW FIELD OF INVESTIGATION OF READING AND WRITING PRACTICES

Fernanda Taís Brignol Guimarães
fernandabage@hotmail.com

Resumo: Refletimos, neste estudo, a respeito dos Novos Estudos do Letramento como um novo campo de investigação das práticas de leitura e de escrita. Para tanto, traçamos um percurso teórico a respeito do surgimento e desenvolvimento desse novo campo de estudos, que, diferentemente de abordagens tradicionais, vê o letramento como uma prática social e situada. Nesse sentido, discutimos os conceitos de letramento autônomo e letramento ideológico, a diferença entre alfabetização e letramento e sobre os estudos do letramento no Brasil. Por fim, tratamos dos multiletramentos, os quais envolvem a diversidade cultural e as múltiplas linguagens e semioses que surgiram com o advento das novas Tecnologias Digitais da Comunicação e da Informação (TDICs) e dos gêneros digitais ou emergentes, por meio dos quais esses dois “multi” (múltiplas linguagens e múltiplas culturas) subsistem simultaneamente e dos quais a escola, como uma importante agência de letramentos, não pode se eximir.

Palavras-chave: Novos Estudos do Letramento; Multiletramentos; Prática escolar

Abstract: *We reflect, in this study, on the New Literacy Studies as a new field of investigation of reading and writing practices. In order to do so, we draw on a theoretical course on the emergence and development of this new field of studies, which, unlike traditional approaches, sees literacy as a social and situated practice. In this sense, we discuss the concepts of autonomous literacy and ideological literacy, the difference between initial reading instruction and literacy and about literacy studies in Brazil. In the end, we discuss multiliteracies which involve cultural diversity and multiple languages and semiosis that have emerged with the advent of the new Digital Technologies of Communication and Information (DTICs), and their digital or emerging genres, through which these two "multi" – multiple languages and multiple cultures – subsist simultaneously, and from which schools, as important literacy agencies, cannot evade.*

Keywords: *New Literacy Studies; Multiliteracy; School practice.*

Introdução

A diversificação dos meios de comunicação e de circulação da informação, característica própria do mundo globalizado em que vivemos, torna-nos cada vez mais expostos a uma diversidade de tecnologias, que singularizam as formas de interação e de participação social e nos situa no que podemos chamar de era digital ou era da informação. A partir do momento em que as sociedades passaram a fazer uso da tecnologia da escrita, deixando de serem sociedades orais, para se tornarem grafocêntricas, muitas questões vieram à tona, merecendo especial atenção de estudiosos e pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento: psicologia, antropologia, linguística, entre

outras.

Com o surgimento da escrita, vê-se surgir também a preocupação a respeito das formas de aquisição do código escrito pelos indivíduos, o que refletiu no que os estudiosos das teorias modernas de letramento chamam de modelo autônomo de letramento. Nesse modelo, focalizavam-se os processos de alfabetização, ligados à determinada habilidade mental do sujeito, isto é, o letramento era visto como uma habilidade cognitiva individual, dissociada do contexto social e histórico dos indivíduos.

Mais tarde, com a democratização do ensino, a escola passou a enfrentar um novo fenômeno, ligado à diversidade social e cultural de seu novo alunado, pertencente a diferentes camadas sociais e culturais. O acesso à educação formal, que antes era um privilégio das camadas sociais mais prestigiadas – compostas por um público típico, que partilhava de uma determinada cultura letrada, e que, portanto, apresentava níveis de letramento bastante semelhantes – agora abrangeria um novo e diversificado público, o que levou a muitos questionamentos de estudiosos frente a esse novo fenômeno.

A preocupação com os usos sociais da leitura e da escrita levou à necessidade de pesquisas voltadas para os usos sociais dos letramentos, isto é, os processos sociais que envolvem as práticas de leitura e de escrita e não apenas de aquisição do código escrito de forma autônoma e individual. Os Novos Estudos do Letramento – NEL, que reúnem estudos de pesquisadores que fazem parte do Grupo de Nova Londres, conforme detalharemos mais adiante, vêm desvencilhar essa ideia de que a aquisição do código escrito da língua ocorre de forma puramente autônoma, por meio apenas de processos cognitivos individuais. Esses pesquisadores defendem o caráter social dos letramentos, definindo-os como práticas sociais e situadas, que envolvem membros de determinada comunidade, mediante sua inserção nas práticas sócio-culturais típicas dessa comunidade.

Dito isso, pretendemos, neste estudo, traçar um percurso teórico, em que abordaremos desde o surgimento e desenvolvimento dos Novos Estudos do Letramento, passando pelos estudos sobre os letramentos no Brasil, até chegar à diversificação das práticas letradas, modificadas pelo avanço tecnológico, que faz surgir novos modos de nos relacionarmos com a leitura e a escrita, o que demanda novas práticas de ensino na escola.

Os Novos Estudos do Letramento: implicações teóricas

Os Novos Estudos do Letramento (do inglês *The New Literacy Studies*), doravante NEL,

reúnem um conjunto de trabalhos de pesquisadores que fazem parte do Grupo de Nova Londres (*The New London Group*): Street (1984), Gee (1999), Barton e Hamilton (2000), entre outros. Esses estudos partem da crítica ao modelo cognitivo e autônomo de letramento, em que se concebe o letramento como um processo cognitivo individual, que independe do contexto social e histórico do indivíduo. Nessa concepção, acredita-se que o letramento é uma habilidade neutra e técnica e que sua aquisição é determinada tão somente pela capacidade mental e intelectual do indivíduo, de modo totalmente dissociado do contexto sócio-histórico-cultural de práticas que o situa.

O modelo de letramento autônomo, de acordo com Street (2014), está ligado a pesquisas que tiveram origem na área da psicologia, durante as décadas de 1960 e 1970, a que se convencionou chamar de Grande Divisão entre a oralidade e a escrita. Os teóricos envolvidos nesses estudos objetivavam comprovar a superioridade de comunidades e de indivíduos que se utilizavam da escrita como principal forma de comunicação, em detrimento daqueles que possuíam apenas a modalidade oral, apontando diferenças cognitivas entre esses indivíduos como consequência do poder de abstração que a escrita proporciona aos sujeitos que dela fazem uso. Acreditava-se que o fato de o indivíduo se apropriar do código escrito da língua o tornaria cognitivamente superior àqueles que não possuíssem tal habilidade, já que a escrita resulta da realização de processos mentais elaborados, pautados em generalizações e na associação lógica de conceitos e ideias.

Em contrapartida, os pesquisadores dos NEL defendem um modelo ideológico de letramento, atrelado ao contexto sócio-histórico de práticas dos indivíduos em suas comunidades. De acordo com Gee (2010), os NEL surgiram como um novo campo de investigação, a partir de uma nova visão a respeito de letramento, compartilhada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, visão esta que se opõe à tradicional abordagem psicológica, para a qual

(...) os leitores e escritores engajavam-se em processos mentais, baseados na decodificação, retenção de informação, compreensão, inferência, e assim por diante. Para os NEL os leitores e escritores estão engajados em práticas sociais e culturais. A linguagem escrita é usada diferentemente em diferentes práticas por diferentes grupos sociais e culturais. E, nessas práticas, a linguagem escrita não existe por si só, mas como um recorte da linguagem oral e da ação. Além disso, a estas diferentes práticas integram-se diferentes formas de uso da linguagem oral; diferentes formas de ação e interação; diferentes formas de aprendizado, avaliação, e crenças; e, também, maneiras diferentes de uso de diversas ferramentas e tecnologias (GEE, 2010, p. 2).⁹⁷

⁹⁷ Traditional psychology saw readers and writers as engaged in mental processes like decoding, retrieving information, comprehension, inferencing, and so forth. The NLS saw readers and writers as engaged in social or cultural *practices*. Written language is used differently in different practices by different social and cultural groups. And, in these practices, written language never sits all by itself, cut off from oral language and action. Rather, within different practices, it is integrated with different ways of using oral language; different ways of acting and interacting; different ways of knowing, valuing, and believing; and, too, often different ways of using various sorts of tools and technologies (GEE, 2010, p. 2). Tradução minha.



Nesse sentido, o significado de letramento não pode atrelar-se apenas a processos mecânicos de aquisição do código escrito, como acontece em muitos modelos de alfabetização, que em muito se distanciam do modelo desenvolvido por Paulo Freire, que, de acordo com Soares (ano), “foi um dos primeiros educadores a realçar esse poder "revolucionário" do letramento, ao afirmar que ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura e a escrita como um meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la” (SOARES, 2009, p. 76).

É importante ressaltar, no entanto, que letramento e alfabetização são processos bastante distintos. Questão essa que nem sempre esteve colocada, de forma clara. Alfabetização é o processo de aquisição do código escrito da língua, enquanto o letramento diz respeito aos usos sociais que os sujeitos fazem da leitura e da escrita. Isso significa dizer que o fato de o sujeito estar alfabetizado nem sempre irá significar que se trata de um sujeito letrado em determinada prática, pois conhecer o código escrito da língua não significa que ele irá fazer uso desse código em seu dia a dia. O contrário também é possível, ou seja, um sujeito não alfabetizado poderá participar de práticas letradas, e, portanto, demonstrar algum grau de letramento. Esse é o caso da criança ainda não alfabetizada, que, de posse de livros de histórias infantis, que lhe foram contadas, pode reproduzi-las ao seu modo. Ou, então, um adulto não alfabetizado que reconhece o letreiro de um ônibus, o rótulo de produtos no supermercado ou as funções de que necessita ao operar um caixa eletrônico.

Além disso, existem diferentes níveis de letramento, que envolvem desde o simples reconhecimento de um rótulo, de uma lista de compras ou de uma receita, até a compreensão do que diz esse rótulo, a lista ou a receita, bem como para quê servem as informações contidas no rótulo, em que situação e com que finalidade se utiliza uma lista ou como fazer determinado prato, a partir de sua receita. Ter o domínio do código escrito, isto é, ser capaz de relacionar letra e som, de juntar sílabas e decodificar o significado de uma palavra, não garante que o sujeito seja capaz de interpretar o que diz um texto, de correlacionar dados a partir da leitura de um gráfico ou decodificar informações presentes em tabelas vinculadas ao texto. Isso fica a cargo dos diferentes níveis de letramento, das diferentes formas com que os sujeitos mobilizam e fazem uso das práticas que envolvem leitura e a escrita.

Os NEL, portanto, defendem a ideia de que o contexto em que os letramentos são mobilizados age de forma determinante sobre a forma como os indivíduos irão mobilizar esses letramentos. Nessa ótica, Magda Soares (2009, p. 66) destaca duas principais dimensões do letramento, que pairam no nível do social, em que “o letramento é visto como um fenômeno *cultural*,



um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita, e de exigências sociais de uso da língua escrita”; e no nível individual, ligado à relação que cada indivíduo mantém com as práticas de leitura e de escrita. O que nos permite pensar, pelo viés do letramento crítico, nas relações de poder que se estabelecem socialmente a partir dos diferentes níveis de letramento mobilizados pelos sujeitos de determinada comunidade.

Em uma sociedade em que a língua escrita desempenha papel primordial, os sujeitos que não partilham do código escrito acabam sendo marginalizados, uma vez que são impedidos de participar socialmente, de forma ativa e plena. Assim, esses sujeitos, que não tiveram acesso à escolarização e, por conseguinte, não participaram do processo de alfabetização formal, são desvalorizados e suas ações minimizadas diante das exigências e demandas da sociedade letrada. O mundo do trabalho para eles fica restrito a atividades menos prestigiadas, pouco remuneradas e, na maioria das vezes, bastante desgastantes fisicamente. E essa é apenas uma das barreiras encontradas por esses indivíduos. A simples tarefa de ler um jornal ou uma revista, de se localizar pela indicação de placas e de avisos ou mesmo de utilizar o transporte público e de fazer compras em um supermercado são atividades que se tornam praticamente inalcançáveis para esses sujeitos. A língua escrita é vista por esses indivíduos como um grande desafio, que acaba cerceando suas ações e participação social de forma bastante significativa.

Além disso, a tendência que predomina na escola é a de valorização das práticas letradas prestigiadas pela sociedade, em detrimento de práticas culturais locais e da representação da diversidade cultural e das múltiplas linguagens que essas práticas envolvem, o que demanda uma reorganização urgente dos métodos formais de ensino. Conforme aponta Kleiman (2007, p. 2), a escola constitui-se como a mais importante agência de letramento, cabendo a ela, portanto, reverter esse quadro, que transforma a língua em um obstáculo para muitos indivíduos em nossa sociedade. Porém, essa não é uma tarefa simples, pois envolve diversos fatores, como por exemplo, o fato de as práticas de leitura e de escrita, em geral, adotadas pelas escolas, seguirem o modelo de letramento autônomo.

Para os pesquisadores dos NEL, o letramento é um conjunto de práticas sociais, que vai muito além da escola, embora esta tenha papel de enorme relevância, como dissemos, para o processo de letramento formal. Nesse sentido, os estudos sobre letramento, mais especificamente, os Novos Estudos do Letramento trazem à tona importantes contribuições no que tange às práticas de leitura e de escrita, vistas por meio de seu modelo ideológico, a partir do qual o letramento deixa de ser visto como uma habilidade meramente técnica e passa a considerar as vivências culturais e sociais dos

sujeitos e de suas comunidades de práticas.

E isso ocorre, principalmente, a partir da noção de prática situada, isto é, dos diferentes usos da leitura e da escrita desenvolvidos por diferentes grupos sociais e culturais, a partir de diferentes finalidades de uso de tipos específicos de textos, que irão depender de contextos específicos; e evento de letramento, este último visto por Kleiman na perspectiva social da escrita como:

(...) uma situação comunicativa que envolve atividades que usam ou pressupõem o uso da língua escrita — um evento de letramento — não se diferencia de outras situações da vida social: envolve uma atividade coletiva, com vários participantes que têm diferentes saberes e os mobilizam (em geral cooperativamente) segundo interesses, intenções e objetivos individuais e metas comuns (KLEIMAN, 2007, p. 5).

Outra crítica importante das teorias modernas do letramento recai sobre as atividades escolares individuais. Nesse novo campo teórico, são os objetivos e metas comuns de uma dada comunidade o que irá impulsionar a mobilização e apropriação de determinado letramento. Ou seja, é por meio da participação social e da interação entre os sujeitos em contextos específicos, em que são mobilizados letramentos específicos, que ocorrerá a efetiva participação do sujeito em determinada prática letrada, a qual evolverá a mobilização de diferentes tipos de letramento. Nesse sentido, não há muita relevância em atividades escolares, em que o aluno é levado a escrever sobre algo em uma atividade isolada. Mais proveitoso seria envolver toda a turma na solução de um determinado problema, a partir de uma demanda real da comunidade escolar.

Na busca pela solução em grupo, mediante a troca de experiência, o debate e o posicionamento dos alunos, com relação à distribuição e à negociação de papéis e tomada de decisões conjuntas, é que acontece o letramento de forma produtiva, participativa e plena. Ou seja, é dada aos alunos a oportunidade de aprender não apenas com o professor, mas de aprender também entre seus pares, ao trabalharem com colegas mais experientes em determinada situação social e vice-versa.

Discutimos até agora a respeito do novo campo teórico que investiga as práticas sociais de uso da leitura e da escrita, o qual se instaurou com o surgimento dos NEL, a partir de estudos desenvolvidos pelo Grupo de Nova Londres. Para compreender que impactos esses estudos tiveram no cenário nacional, aventuraremos-nos, na seção que segue, a remontar sumariamente o surgimento e o desenvolvimento dos estudos sobre letramento no Brasil, a fim de compreender também quais as contribuições desses estudos para as práticas escolares no país.

Surgimento e desenvolvimento dos estudos sobre letramentos no Brasil

No Brasil, lideram os NEL, autores como Soares, Rojo e Kleiman. Esses estudos são ainda bastante recentes no país. O uso do termo letramento, pelo menos com o sentido que nos propomos a discutir neste texto, é algo bastante novo e que ainda gera muitas dúvidas. Dizemos isso porque, de acordo com Magda Soares (2009, pp. 16-17), o registro da palavra letramento já se encontrava dicionarizada há mais de um século. O verbete do *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, em sua terceira edição brasileira já apresentava a definição de letramento, porém com um sentido distinto do que conhecemos hoje. No dicionário, a palavra é definida como antiquada e lhe é atribuído o “significado de ‘escrita’; o verbete remete ainda para o verbo ‘letrar’ a que, como transitivo direto, atribui a acepção de ‘investigar, soletrando’ e, como pronominal ‘letrar-se’, a acepção de ‘adquirir letras ou conhecimentos literários’” (SOARES, 2009, p. 17 [grifos no original]).

A autora explica o reaparecimento do termo letramento pela necessidade que sentimos de nomear tudo o que existe, tudo o que nos rodeia. Não tínhamos essa necessidade, de falar em letramento, até o momento em que nossa sociedade tornou-se grafocêntrica e a escrita passou a ter papel central na vida das pessoas. Os desafios enfrentados com o desenvolvimento das práticas de leitura e de escrita, portanto, fizeram-nos pensar em seus usos sociais e em seus diferentes domínios pelos indivíduos. O aparecimento desse novo fenômeno, isto é, do engajamento dos indivíduos em práticas sociais que envolvem o uso da leitura e da escrita e a mobilização dessas práticas no cotidiano das pessoas foi o que, então, ensejou o surgimento de um termo que pudesse dar conta desse processo. O termo letramento, portanto, reaparece em nossa língua com um novo sentido, capaz de dar conta desse novo fenômeno.

Conforme vimos na seção anterior, as investigações sobre os letramentos tomados pelo viés social tiveram origem e ganharam força a partir de pesquisas desenvolvidas por estudiosos americanos, como: Street, Gee, Barton e Hamilton, entre outros, que faziam parte do Grupo de Nova Londres. O termo origina-se do inglês *literacy*, que significa “condição de ser letrado”. A partir do momento em que a educação formal deixou de ser um privilégio das classes sociais detentoras do capital e a escrita passou a fazer parte da vida de um número maior de pessoas, tornou-se necessário refletir sobre diversos outros aspectos que o domínio da escrita envolve, como por exemplo, pensar no papel que a escrita desempenha na vida das pessoas. Em que medida a escrita está presente nas atividades dos sujeitos? Frente a essas questões, o termo *letramento* entra novamente em cena no Brasil, tendo sido encontrado seu primeiro registro na obra de Mary Kato, *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, em 1986, que associa o termo ao uso da variedade escrita da língua.

Desde então outras contribuições importantes vêm surgindo, de autores como: Leda V.

Tfouni, Magda Soares, Ângela Kleiman, pesquisadores estes preocupados em demarcar claramente o campo do letramento, ligado ao social, de modo a diferenciá-lo do campo da alfabetização e dos processos cognitivos individuais, passando a definir, portanto, o uso desses dois termos de forma distinta⁹⁸. Para Leda Tfouni,

Enquanto a alfabetização ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito em uma sociedade (TFOUNI, 2005, p. 20).

De acordo com Magda Soares, no Brasil, é bem mais frequente o uso do termo *analfabetismo* do que o termo *alfabetismo*, isto é, a palavra que nega é amplamente conhecida e usada, enquanto acontece o contrário com relação à palavra que afirma. A explicação para esse fenômeno volta-se para o fato de termos de lidar muito antes com o problema de as pessoas não saberem ler e escrever do que de como elas fazem uso social da leitura e da escrita, o que envolve pensar na questão do letramento. Conforme afirma a autora, (...) só recentemente passamos a enfrentar essa nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever” (SOARES, 2009, p. 20).

Soares chama atenção ainda para o fato de esse fenômeno ter ocorrido também com o surgimento do termo *iliteracy* antes do termo *literacy*, porém, conforme aponta, esse fenômeno ocorreu na Grã-Bretanha com a diferença de um século em relação ao Brasil.

iliteracy foi termo corrente muito antes que o termo *literacy* emergisse: o *Oxford English Dictionary* registra o termo *iliteracy* desde 1660, ao passo que seu contrário *literacy* só surge no fim do século XIX. Certamente o surgimento neste momento do termo *literacy* representa uma mudança histórica das práticas sociais: novas demandas sociais de uso da leitura e da escrita exigiram uma nova palavra para designá-las. (Observe-se que o que ocorreu na Grã-Bretanha em fins do século XIX, motivando o aparecimento do termo *literacy*, só agora, em fins do século XX, vem ocorrendo no Brasil, motivando a criação do termo letramento.) (SOARES, 2009, pp. 20-21 [grifos no original]).

O fato de nosso país estar atrasado em um século no que diz respeito às pesquisas sobre letramento em relação a países desenvolvidos torna-se ainda mais grave, se levarmos em consideração que nossos índices de analfabetismo, que já são significativamente elevados, apontam para o número de indivíduos que não sabem ler e nem escrever, isto é, que não têm conhecimento do código escrito da língua, enquanto que os índices desses países apontam para a parcela da população que possui

⁹⁸ É importante destacar que, na agenda estrangeira de modo geral, não há uma distinção conceitual entre alfabetização e letramento, como temos no Brasil. Utiliza-se o termo *Literacy* para referir tanto ao letramento quanto à alfabetização. Portanto, faz-se necessário o contexto para que o leitor identifique a qual campo se está referindo no texto.

algum nível de escolaridade, mas que não faz uso adequado da leitura e da escrita. Em outros termos, enquanto os países desenvolvidos medem os níveis de letramentos da população, no Brasil, mede-se o índice de alfabetização, conforme nos mostra Soares:

A avaliação do nível de *letramento*, e não apenas da presença ou não da capacidade de escrever ou ler (o índice de *alfabetização*) é o que se faz em países desenvolvidos, em que a escolaridade básica é *realmente* obrigatória e *realmente* universal, e se presume, pois, que *toda* a população terá adquirido a capacidade de ler e escrever. (...). Sendo assim, é importante compreender que é a *letramento* que se estão referindo os países desenvolvidos quando denunciam, como têm feito com frequência, índices alarmantes de *illiteracy* (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália) ou de *illettrisme* (França) na população; na verdade, não estão denunciando, como se costuma crer no Brasil, um alto número de pessoas que *não sabem ler e escrever* (fenômeno a que nos referimos nós, brasileiros, quando denunciamos o nosso ainda alto índice de *analfabetismo*), mas estão denunciando um alto número de pessoas que evidenciam *não viver em estado ou condição de quem sabe ler e escrever*, isto é, pessoas que não incorporaram os usos da escrita, não se apropriaram plenamente das práticas sociais de leitura e de escrita: em síntese, não estão se referindo a índices de *alfabetização*, mas a níveis de *letramento* (SOARES, 2009, pp. 22-23 [grifos no original]).

Como vimos, não bastasse o engajamento tardio de nosso país no que se refere aos estudos sobre letramento, há que se considerar essa importante diferença que revela que enquanto os índices de países desenvolvidos medem os níveis de letramento da população, os índices brasileiros estão voltados para a parcela não alfabetizada, revelando um cenário nacional ainda mais crítico do que se imaginava quando o assunto é letramento. Feito esse panorama geral a respeito dos NEL e dos estudos sobre letramento no Brasil, passemos a pensar, na próxima seção, na diversidade cultural e na multiplicidade de linguagens mobilizadas pelas diferentes comunidades de práticas, que demandam novos modos de nos relacionarmos com a leitura e a escrita e a imersão do sujeito em diferentes práticas letradas, das quais a escola, como uma importante agência de letramento, não pode se eximir.

Multiletramentos: a multiculturalidade e as múltiplas linguagens

Como sabemos, o alarmante desenvolvimento das práticas letradas advindas das novas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) fazem surgir novos modos de nos relacionarmos com a leitura e a escrita, próprias dos gêneros digitais ou emergentes (MARCUSCHI, 2004). Múltiplas linguagens, múltiplas semioses e múltiplas culturas subsistem simultaneamente, demandando dos sujeitos o desenvolvimento de habilidades e práticas próprias dos multiletramentos, o que nos leva à necessidade de refletir ainda a respeito do papel da escola frente a essa nova racionalidade de escrita.

De acordo com Gee (2010), um mesmo texto pode mobilizar sentidos diferentes a depender dos objetivos do leitor ou do escritor. Não é o texto em si que muda e sim o uso social que se faz dele; “pessoas leem e escrevem textos religiosos diferentemente de textos jurídicos (...). E, também, podem ler esses textos com finalidades distintas, (...), elas podem ler a Bíblia como teologia, literatura, história, ou como um guia de autoajuda” (GEE, 2010, pp. 2-3).⁹⁹ A percepção de que o letramento está ligado ao social levou os estudos do letramento a outro nível. Nas palavras de Gee,

(...) “letramento” passou a ser “letramentos” no plural. Existem diferentes práticas sociais e culturais que o letramento incorpora, o que implica, portanto, em diferentes “letramentos” (letramento jurídico, letramento em games, letramentos musicais, letramento acadêmico de diversos tipos). As pessoas não apenas leem e escrevem de modo geral, elas leem e escrevem tipos específicos de “textos” em áreas específicas e essas especificidades são determinadas por valores e práticas de diferentes grupos sociais e culturais (GEE, 2010, p. 4).¹⁰⁰

Os estudos advindos dos NEL, em que o letramento é visto por um viés social e cultural, levaram ao entendimento de que não há (e não pode haver) apenas um tipo de letramento e apenas uma forma de tornar-se letrado indistintamente nos diversos campos de ação humana, mas diferentes letramentos, a depender da finalidade de cada área específica e dos objetivos específicos dos sujeitos, ao mobilizar os diferentes tipos de textos existentes. Assim, os letramentos não são adquiridos e mobilizados da mesma forma pelos sujeitos de dada sociedade. Tornar-se letrado em diferentes práticas sociais exigirá a participação dos sujeitos nessas práticas específicas e o domínio de diferentes ferramentas, diferentes modos de comunicação, que subjazem a essas práticas. “Faz um bom tempo que as tecnologias do letramento não são tão simples quanto a caneta, a tinta e o papel. E na era da imprensa, assim como antes dela, o letramento raramente esteve atrelado de forma estrita ao texto escrito” (LEMKE, 2010, pp. 458-459).

Não raro os textos combinam diferentes linguagens: verbal, visual, imagética, digital, e é a combinação dessas diferentes linguagens que irá construir o sentido do todo. Um enunciado composto apenas de texto escrito não manterá o mesmo sentido se a ele for adicionada uma figura, um gráfico ou um link, por exemplo.

Muitos dos gêneros do letramento, do artigo da revista popular ao relatório de pesquisa

⁹⁹ (...) people read and write religious texts differently than legal ones (...). And, too, people can read the same text in different ways for different purposes, for example, they can read the Bible as theology, literature, history, or as a self-help guide. Tradução minha.

¹⁰⁰ So “literacy” becomes plural: “literacies”. There are many different social and cultural practices which incorporate literacy, so, too, many different “literacies” (legal literacy, gamer literacy, country music literacy, academic literacy of many different types). People don’t just read and write in general, they read and write specific sorts of “texts” in specific ways and these ways are determined by the values and practices of different social and cultural groups (GEE, 2010, p. 4). Tradução minha.

científica, combinam imagens visuais e texto impresso em formas que tornam as referências entre eles essenciais para entendê-los do modo como o fazem seus leitores e autores regulares. Nenhuma tecnologia é uma ilha. Toda prática letrada de construção de significado estabelece relação de interdependência com habilidades que vão desde a navegação no teclado até a virada de uma página, da composição à encadernação, da edição às vendas e distribuição (no caso das tecnologias impressas). Conforme nossas tecnologias se tornam mais complexas, elas se tornam situadas em redes mais amplas e longas de outras tecnologias e de outras práticas culturais (LEMKE, 2010, p. 457).

Atualmente, convivemos com uma diversidade de formas de linguagens proporcionadas, principalmente, pelas novas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) e pelos “gêneros digitais” ou “emergentes” (MARCUSCHI, 2010). Os diferentes modos de leitura e de escrita proporcionados pelos “novos letramentos” (ROJO, 2012), a partir do uso de computadores, de ferramentas digitais e do acesso à internet, levaram à construção de textos híbridos, compostos por sons, imagens, gráficos, links e hiperlinks. Daí se vê surgir outro importante conceito: o *multiletramento*, que, de acordo com Rojo, distingue-se do conceito de letramentos múltiplos:

Diferentemente do conceito de letramentos (múltiplos), que não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não nas sociedades em geral, o conceito de multiletramentos – é bom enfatizar – aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica (ROJO, 2012, p. 13).

Os multiletramentos, conceito cunhado pelo Grupo de Nova Londres “Para abranger esses dois “multi” – a multiculturalidade característica das sociedades globalizadas e a multimodalidade dos textos por meio dos quais a multiculturalidade se comunica e informa” (ROJO, 2012, p. 13) consistem, portanto, no desenvolvimento de determinadas habilidades de compreensão e produção de textos – uma nova racionalidade de escrita – que surge a partir de práticas que envolvem “novas tecnologias, novos textos, novas linguagens” (ROJO, 2015, p. 116). Essa nova racionalidade de escrita envolve

(...) o que tem sido chamado de multimodalidade ou multisemiótica dos textos contemporâneos, que exigem multiletramentos. Ou seja, textos compostos de muitas linguagens (ou modos, ou semiotes) e que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar (ROJO, 2012, p. 19).

Frente a essa verdadeira revolução nos modos de concepção e de mobilização das práticas de leitura e de escrita, cabe a nós refletir sobre o papel da escola. “Vivemos, já pelo menos desde o início do século XX (senão desde sempre), em sociedades de **híbridos impuros, fronteiriços**” (ROJO, 2012, p. 14 [grifos no original]), o que nos leva a perceber o fato de que convivemos com

“produções culturais letradas em efetiva circulação social, como um conjunto de textos híbridos de diferentes letramentos (vernaculares e dominantes), de diferentes campos (ditos “popular/de massa/erudito”) (ROJO, 2012, p. 13). Mas, quando o assunto é a prática escolar, será que esses novos modos de leitura e de escrita são considerados? Como lidar com essas novas práticas a que os alunos e, principalmente eles por serem jovens¹⁰¹, estão expostos todos os dias?

Na visão dos pesquisadores dos NEL, faz-se necessário que se desenvolva na escola uma *pedagogia dos multiletramentos*, de forma que em seu currículo haja espaço para tratar de questões voltadas a essas novas e múltiplas linguagens e culturas. Com toda essa multiplicidade de linguagens e diversidade de culturas, que dizem respeito aos multiletramentos, cabe à instituição escolar adequar seu currículo, principalmente, no que tange ao ensino de questões de língua e de linguagem. Rojo corrobora essa visão dos NEL, que, de acordo com a pesquisadora, teve início com um manifesto de 1996, resultante de um colóquio, em que o Grupo de Nova Londres

(...) afirmava a necessidade de a escola tomar a seu cargo (daí a proposta de uma “pedagogia”) os novos letramentos emergentes na sociedade contemporânea, em grande parte – mas não somente – devidos às novas TICS, e de levar em conta e incluir nos currículos a grande variedade de culturas já presentes nas salas de aula de um mundo globalizado e caracterizada pela intolerância na convivência com a diversidade cultural, com a alteridade (ROJO, 2012, p. 12 [grifos no original]).

Como já vínhamos discutindo a respeito das práticas escolares voltadas para os letramentos, na maioria das vezes, segue-se o modelo de letramento autônomo, que desconsidera as práticas locais das comunidades em que os alunos se situam. O que se tem, portanto, é uma forte tendência para a reprodução dos letramentos dominantes, próprios das camadas sociais e da cultura letrada detentoras do capital. Assim, reproduzem-se na escola práticas descontextualizadas, que acabam por não fazer sentido algum para o alunado, já que essas práticas não representam sua realidade social histórica e cultural.

O papel da escola, portanto, deve ser repensado, frente à diversidade cultural de seu alunado. De que forma incluir em seu currículo as diferentes linguagens a que os jovens estão expostos todos os dias e com as quais lidam tão bem fora da escola, de modo a comunicar suas diferentes culturas? Uma pedagogia voltada para os multiletramentos não pode deixar de valorizar a hibridização cultural

¹⁰¹ Como sabemos, os jovens estão imersos em práticas diárias que envolvem o uso das novas tecnologias e, por conseguinte, acabam desenvolvendo mais facilmente as habilidades necessárias para a manutenção dessa nova demanda social. Os celulares, os tablets, os computadores, fazem parte de suas rotinas e, por meio do uso desses aparelhos, eles se mantêm conectados a seus perfis no facebook, a suas contas no instagram, no twitter ou no youtube. Tornam-se, assim, os principais leitores e produtores de textos multimodais, que exigem a mobilização dos multiletramentos.

em que vivemos atualmente, ou, como aponta Rojo, talvez desde sempre, a qual não permite mais que nos refiramos a uma “Cultura”, grafada em maiúscula, já que

(...) não supõe simplesmente a divisão entre culto/inculto ou civilização/barbárie tão cara à escola da modernidade. Nem mesmo supõe o pensamento com base em pares antitéticos de culturas, cujo segundo termo pareado escapava a esse mecanismo dicotômico – cultura erudita/popular, central/marginal, canônica/de massa – também esses tão caros ao currículo tradicional que se propõe a “ensinar” ou apresentar o cânone ao consumidor massivo, a erudição ao populacho, o central aos marginais (ROJO, 2012, p. 13).

Há que se pensar, portanto, um currículo voltado para a cultura local e, a partir daí, pensar práticas letradas que realmente façam a diferença, que realmente façam sentido para os jovens, os quais estão imersos fora da escola em diferentes práticas, que envolvem o uso de diferentes gêneros: baixando músicas em seus celulares, editando fotos e vídeos, atualizando seus perfis no *facebook*, no *twitter*, no *instagram*, participando de jogos que envolvem diferentes narrativas e, até mesmo, a interação frente ao uso de outros idiomas, dentre inúmeras outras práticas que não citamos até agora. Nesse sentido,

(...) não são as características dos “novos” textos multissemióticos, multimodais e hipermidiáticos que colocam desafios aos leitores. Se assim fosse, nossas crianças e jovens nativos não teriam tanta facilidade e prazer na navegação. O desafio fica colocado pelas nossas práticas escolares de leitura/escrita que já eram restritas e insuficientes mesmo para a “era do impresso” (ROJO, 2012, p. 22).

Uma pedagogia dos multiletramentos, conforme proposto pelos NEL, envolve, portanto, a questão do letramento crítico, que contribui para que as camadas colocadas à margem da sociedade tenham representatividade nos currículos escolares, principalmente, nos processos de ensino-aprendizagem que envolva questões de língua e de linguagem, como já dissemos, por serem essas questões as grandes responsáveis pela construção da identidade dos sujeitos, revelando suas crenças, seus gostos, seus posicionamentos e suas ideologias. De acordo com Rojo,

Trabalhar com os multiletramentos pode ou não envolver (normalmente envolve) o uso de novas tecnologias de comunicação e de informação (“novos letramentos”), mas caracteriza-se como um trabalho que parte das culturas de referência do alunado (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático (ROJO, 2012, p. 8).

Em outras palavras, uma pedagogia voltada para os multiletramentos, abordagem que se faz urgente em nossos sistemas de ensino, ao mobilizar culturas marginalizadas aliadas às diversas formas de linguagem e multissemióticas, características dos gêneros emergentes, é o que poderá contribuir significativamente para que ocorra uma verdadeira guinada das práticas escolares tradicionais e, conseqüentemente, para com a formação de sujeitos críticos frente aos problemas e aos desafios impostos pela sociedade atual.



Considerações Finais

Abordamos, neste estudo, a visão teórica dos pesquisadores que fazem parte do Grupo de Nova Londres, traçando um panorama teórico a respeito dos Novos Estudos do Letramento – NEL, que surgiram como um novo campo de investigação das práticas de leitura e de escrita. Como vimos, na perspectiva teórica dos NEL, os letramentos são vistos como práticas sociais e situadas, que envolvem sujeitos pertencentes a determinadas comunidades sócio-histórico-culturais e levam sempre em consideração as práticas típicas dessas comunidades, nas quais esses sujeitos estão imersos.

Para tanto, discutimos a respeito do modelo autônomo de letramento – em que o letramento é visto apenas como um processo cognitivo individual, como uma habilidade meramente técnica – e do modelo ideológico, proposto pelos NEL – em que se leva em consideração o contexto sócio-histórico-cultural de práticas dos indivíduos e de suas comunidades. Além disso, discutimos a questão relativa à diferença entre alfabetização e letramento, o que ainda é visto por muitos como sinônimos, mas que reflete processos bastante distintos entre si. Logo em seguida, abordamos o surgimento e o desenvolvimento dos estudos sobre letramento no Brasil e sobre os principais autores que lideram esses estudos em âmbito nacional. E, por fim, adentramos na questão dos multiletramentos, que surgem como uma nova racionalidade de leitura e de escrita, da qual a escola, como uma importante agência de letramentos, não pode se eximir.

Se, por um lado, o modelo cognitivo e autônomo de letramento focalizava as práticas individuais de aquisição do código escrito – o que mais tarde foi alvo de crítica dos estudiosos do NEL, que desenvolveram um modelo ideológico – por outro lado, com o advento das novas tecnologias e da internet, veem-se surgir diferentes modos de interação entre os sujeitos, modos estes que se apoiam, principalmente, nos processos de colaboração e que envolvem as múltiplas linguagens e a diversidade cultural (multiletramentos), o que, por sua vez, não pode ser desconsiderado no processo de ensino formal.



Referências

- COSTA, Elizangela. Um Zoom na imagem: verbo-visualidade em livros didáticos de Língua Portuguesa. In: SILVA, A.; COSTA, E. (Orgs.). *Livro Didático: olhares dialógicos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- GEE, J. P. A Situated Sociocultural Approach to Literacy and Technology. In: BAKER, E. A. (Ed.) *The New literacies: multiple perspectives on research and practice*. New York, NY: Guilford Press, 2010.
- KATO, M. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.
- KLEIMAN, A. B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Revista Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, 2007.
- LEMKE, J. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. [Orig. Metamedia literacy: transforming meanings and media]. Trad. Clara Dornelles. *Revista Trabalhos em linguística aplicada (IEL/UNICAMP)*, vol. 49, Nº 2, p. 455-479, 2010.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A. C. (Orgs.) *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.
- ROJO, R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- _____. Pedagogia dos Multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R.; MOURA, E. (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- _____. Gêneros do discurso, multiletramentos e hipermodernidade. In: ROJO, R.; BARBOSA, J. (Orgs.). *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. – 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Magda Soares. – 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo, Cortez, 2005.

[RECEBIDO: abril de 2018]

[ACEITO: maio de 2019]